

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)



<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.122	689
Disponibilidade da rede elétrica	6	1.032	987
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	7	10
Outros tributos compensáveis	7	135	120
Estoques		67	
Ativos da concessão	11	6.397	6.223
Outros créditos	12	5.106	941
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>18.866</b>	<b>8.970</b>
<b>Não circulante</b>			
Outros tributos compensáveis	7	3	3
Cauções e depósitos vinculados	9	1.993	1.887
Ativos da concessão	11	112.623	110.555
Outros créditos	12	21	3
		<b>114.640</b>	<b>112.448</b>
Imobilizado		34	27
Intangível		448	285
		<b>482</b>	<b>312</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>115.122</b>	<b>112.760</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>133.988</b>	<b>121.730</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	1.068	1.438
Empréstimos e financiamentos	14	63.394	
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	123	85
Outros tributos a recolher	7	102	126
PIS e COFINS diferidos	8	233	
Provisões	15	453	153
Outras contas a pagar	12	318	213
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>65.691</b>	<b>2.015</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14		55.135
PIS e COFINS diferidos	8	4.111	4.263
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	3.666	3.596
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1		42.800
Provisões	15	3.506	2.992
Outras contas a pagar	12	262	122
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>11.545</b>	<b>108.908</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	16.1	60.330	17.530
Prejuízos acumulados		(3.578)	(6.723)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>56.752</b>	<b>10.807</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>133.988</b>	<b>121.730</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receitas</b>	17	12.629	37.274
<b>Custo</b>	18		
Custo de operação		(1.955)	(921)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		2.725	(27.792)
		<u>770</u>	<u>(28.713)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>13.399</u>	<u>8.561</u>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	19		
Despesas gerais e administrativas		(1.134)	(714)
Outras despesas e receitas operacionais		(107)	(11)
		<u>(1.241)</u>	<u>(725)</u>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<u>12.158</u>	<u>7.836</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	20	518	7.841
Despesas financeiras		(9.117)	(17.035)
		<u>(8.599)</u>	<u>(9.194)</u>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o Lucro</b>		<u>3.559</u>	<u>(1.358)</u>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	21		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(344)	(461)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(70)	(386)
		<u>(414)</u>	<u>(847)</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<u><b>3.145</b></u>	<u><b>(2.205)</b></u>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,35617	(0,24972)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	3.145	(2.205)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>3.145</u></u>	<u><u>(2.205)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>17.530</b>	<b>(4.518)</b>	<b>13.012</b>
Prejuízo do exercício		(2.205)	(2.205)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17.530</b>	<b>(6.723)</b>	<b>10.807</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17.530</b>	<b>(6.723)</b>	<b>10.807</b>
Aumento de capital - ACS 28/04/2023	42.800		42.800
Lucro líquido do exercício		3.145	3.145
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>60.330</b>	<b>(3.578)</b>	<b>56.752</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		3.559	(1.358)
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Tributos diferidos		158	
Remuneração dos Ativos da concessão		(5.898)	(7.093)
Margem na construção		56	(770)
Reajuste Anual		(817)	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos		8.259	10.172
Outros		839	(45)
		<u>6.156</u>	<u>906</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
<b>Concessionárias</b>			
Disponibilidade da rede elétrica		(45)	(987)
Ativos da concessão		5.965	2.488
Outros tributos compensáveis		(32)	(446)
Estoques		(67)	
Cauções e depósitos vinculados		84	(753)
Outros ativos operacionais		(4.183)	31
		<u>1.722</u>	<u>333</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		(370)	(7.517)
Imposto de renda e contribuição social a recolher			(56)
Outros tributos a recolher		(17)	(382)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(58)	(6)
Encargos Setoriais		(6)	23
Provisões		(157)	3.198
Outros passivos operacionais		255	(40)
		<u>(353)</u>	<u>(4.780)</u>
<b>Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais</b>			
		<u>7.525</u>	<u>(3.541)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(292)	(252)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais</b>			
		<u>7.233</u>	<u>(3.793)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições aos Ativos da concessão		(1.625)	(27.792)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(172)	(285)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>			
		<u>(1.797)</u>	<u>(28.077)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital			42.800
Captação de empréstimos, financiamentos			139.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos			(180.969)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos			(1.256)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(3)	(3)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades financiamento</b>	24.1	<u>(3)</u>	<u>(428)</u>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>5.433</u>	<u>(32.298)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.122	689
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		689	32.987
		<u>5.433</u>	<u>(32.298)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>13.230</b>	<b>38.638</b>
Receita operacional	9.995	3.572
Receita com construção da infraestrutura	(2.886)	29.718
Remuneração dos Ativos da concessão	6.121	5.348
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>524</b>	<b>(28.510)</b>
Materiais	(179)	(52)
Serviços de terceiros	(1.629)	(619)
Custo de construção da Infraestrutura da Concessão	2.725	(27.792)
Outros custos operacionais	(393)	(47)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>13.754</b>	<b>10.128</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(13)	(2)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>13.741</b>	<b>10.126</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	518	7.841
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>14.259</b>	<b>17.967</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	378	455
Benefícios	150	108
FGTS	51	75
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.076	2.362
Estaduais	8	26
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	9.117	17.035
Aluguéis	334	111
	<b>11.114</b>	<b>20.172</b>
Lucro retido/ Prejuízo do exercício	3.145	(2.205)
	<b>14.259</b>	<b>17.967</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 1 Contexto operacional

A Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Empresa ou Mata Grande Transmissora), concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora), foi constituída em 13 de agosto de 2018 com sede no município de São Paulo, no Estado do São Paulo. A Empresa tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão.

Em 1º de agosto de 2022 a Empresa concluiu as etapas necessárias para a energização e integração ao Sistema Interligado Nacional - SIN do trecho final do Lote 18 da linha de transmissão de energia, referente a 113 km de Linha de Transmissão LT 230kV Imperatriz - Porto Franco - MA. A entrega do trecho está antecipada em 6 meses frente ao calendário da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A entrada em operação comercial da linha representa uma RAP de R\$10.145.

### 2 Concessão

A Empresa arrematou o lote 18 no leilão de transmissão nº 02/18, ocorrido em 28 de junho de 2018 realizado pela ANEEL. O lote é composto pela linha de transmissão Imperatriz - Porto Franco, em 230kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Imperatriz e término na Subestação Porto Franco localizado no estado do Maranhão. Em 20 de setembro de 2018, a Empresa assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 29/2018 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

#### 2.1 Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Empresa, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 02/18, de R\$7.800 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC -, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica. Além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Nota 4.1), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Empresa passou a ser de R\$10.544.

#### 2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Empresa aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

### 3 Base de preparação

#### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2024.

#### 3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

#### 3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.2.

#### 3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 11); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1.2.1).

#### 3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3.6 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

**Ativos de concessão**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Empresa é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Empresa concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

**3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

**3.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento ( <i>sale and leaseback</i> ).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

**3.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 4 Evento significativo no exercício

#### 4.1 Reajuste tarifário

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,94% de reajuste para a Empresa, conforme mencionado na nota 2.1.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.482	689
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.640	
<b>Total</b>	<b>6.122</b>	<b>689</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas as taxas que variam entre 85,00% e 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.2.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Empresa são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

### 6 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.032 (R\$987 em 31 de dezembro de 2022), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Empresa.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

### 7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Compensa- ção de tributos	Atualização monetária	Pagamentos	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2023
<b>Ativos compensáveis</b>							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10		(4)	1			7
Total Circulante	10	-	(4)	1	-	-	7
<b>Outros tributos compensáveis</b>							
ICMS	61						61
PIS e COFINS	-	4				(3)	1
IRRF sobre aplicações financeiras	57	12				(9)	60
IR/CS retidos sobre faturamento	2	16				(5)	13
Outros	3						3
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17)</b>	<b>138</b>
Circulante	120						135
Não circulante	3						3
<b>Passivos a recolher</b>							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	85	344			(292)	(14)	123
Total Circulante	85	344	-	-	(292)	(14)	123
<b>Outros tributos compensáveis</b>							
ICMS	10	104			(108)		6
PIS e COFINS	32	377	(4)			(3)	31
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	19	70			(86)		3
Encargos com pessoal	7	113			(116)		4
Outros	58						58
<b>Total Circulante</b>	<b>126</b>	<b>664</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(681)</b>	<b>(3)</b>	<b>102</b>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Empresa, conforme publicação do Diário Oficial de 22 de março de 2019, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

### 8 Tributos diferidos

	Nota	Passivo		
		Circulante	Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2023	
PIS e COFINS	8.1	233	4.111	4.263
Imposto de renda e contribuição social	8.2		3.666	3.596
<b>Total</b>		<b>233</b>	<b>7.777</b>	<b>7.859</b>

#### 8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 3,65%.

**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****8.2 Imposto de renda e contribuição social**

São registrados sobre a receita de construção considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

**8.2.1 Composição**

Natureza dos créditos	Nota	Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
<b>Diferenças Temporárias</b>					
Reconhecimento de receita - Lucro Presumido	4.1	3.666	3.596	(70)	(386)
<b>Total</b>		<b>3.666</b>	<b>3.596</b>	<b>(70)</b>	<b>(386)</b>

**9 Cauções e depósitos vinculados**

	Nota	Saldo em				Saldo em	
		31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate		Baixa
Depósitos judiciais	15	1.887	11	190	(73)	(22)	1.993
<b>Total Não circulante</b>		<b>1.887</b>	<b>11</b>	<b>190</b>	<b>(73)</b>	<b>(22)</b>	<b>1.993</b>

10 Partes relacionadas

Além dos contratos de mútuo (Nota 14) a pagar para sua Controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo				Resultado			
				Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante		Operacionais		
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	
<b>Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6)</b>													
<b>Uso do sistema de transmissão</b>													
EDP Espírito Santo	Controle Comum		14/06/2021 a 11/08/2047	10	10							108	47
EDP São Paulo	Controle Comum		14/06/2021 a 11/08/2047	16	15							185	70
Enerpeixe	Controle Comum		14/06/2021 a 11/08/2047	1	1							14	6
Lajeado	Controle Comum		14/06/2021 a 11/08/2047	2	1							19	8
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum		14/06/2021 a 11/08/2047									6	2
São Manoel	Controle Comum		14/06/2021 a 11/08/2047	2	3							29	13
Porto do Pecém	Coligada (*)		14/06/2021 a 11/08/2047	2	1							18	6
CEJA	Controle Comum		14/06/2021 a 11/08/2047	1								9	4
				34	31	-	-	-	-	-	-	388	156
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 10.1)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		21/08/2017 a indeterminado									42.800	
				-	-	-	-	-	-	-	-	42.800	-
<b>Fornecedores (Nota 13)</b>													
<b>Contrato de prestação de serviços (d)</b>													
EDP Goiás	Controle comum		01/06/2022 a 16/06/2024				21	50				127	(50)
				-	-	-	21	50	-	-	-	127	(50)
<b>Outras contas a pagar (Nota 12)</b>													
<b>Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2026						1	1		(12)	(10)
EDP São Paulo	Controle Comum		01/01/2015 a 31/12/2026							1			(1)
<b>Compartilhamento de BackOffice (b)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2023			21				71	28	(552)	(259)
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)</b>													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2027						14	12		(137)	(120)
				-	-	21	-	-	86	42		(701)	(390)
				34	31	21	21	50	86	42.842		(186)	(284)

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Empresa possui instalada uma filial.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (\*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Os demais contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos, celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre aquela Empresa e as partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (\*), Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

**(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest, Investco, Lajeado; e Porto do Pecém (\*), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de BackOffice tem vigência até 31 de dezembro de 2023. Atualmente, está em vias de conclusão na ANEEL o processo de anuência à renovação desse contrato por mais 5 anos.

**(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Empresa e a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (\*), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

**(d) Contratos de Prestação de serviços:** O contrato tem por Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a Empresa e a EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia, no valor global do contrato de R\$360, pelo prazo de 36 meses. O montante de desembolso anual desse contrato o enquadra nas regras que dispensam da necessidade de ser submetido ao processo de anuência prévia da ANEEL.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 16 de junho de 2024.

(\* Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a coligada Porto do Pecém e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

## 10.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC, cujo objetivo é o aumento de capital na Empresa para conclusão dos projetos, no exercício é a seguinte:

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42.800
Integralização de capital social - ACS 28/04/2023 (Nota 16)	(42.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Empresa assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

## 10.2 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Empresa é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

## 11 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº122/22 e nº128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Empresa.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

### • Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

### • Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

### • Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Empresa é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Empresa se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Empresa reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Empresa ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Empresa apresentadas na nota 17.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Empresa considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 23.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em				Margem na construção	Reajuste tarifário	Reversão	Outros	Valor líquido em
	31/12/2022	Adições	Remuneração	RAP					
Ativos da concessão	116.778	1.625	6.121	(6.191)	(56)	5.198	(4.350)	(105)	119.020
Total	116.778	1.625	6.121	(6.191)	(56)	5.198	(4.350)	(105)	119.020
Circulante	6.223								6.397
Não Circulante	110.555								112.623

## 12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos	18.1.1	4.863	500		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			21	
Ressarcimento de custos – CDE/ RGR		57			
Despesas pagas antecipadamente		4	63		3
Outros		182	378		
Total		5.106	941	21	3
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		6	6		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			86	42
Obrigações sociais e trabalhistas	12.1	89	147		
Encargos Setoriais		19	12	43	11
Arrendamentos e aluguéis		6	4	31	24
Parcela de ajuste	12.2	168	15	102	45
Outros		30	29		
Total		318	213	262	122

### 12.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

### 12.2 Parcela de ajuste

A Parcela de Ajuste – PA, é o mecanismo que reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP estabelecidos pela ANEEL e os valores dos Avisos de Crédito – AVC, emitidos pela ONS: a PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada nos próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Empresa, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.1): deste modo, durante o ano temos simultaneamente a amortização da PA do ciclo anterior e a constituição (via provisão) da PA do ciclo vigente (a qual será formalizada via publicação oficial ao final do ciclo).

## 13 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.068 (R\$1.438 em 31 de dezembro de 2022) em materiais e serviços é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Empresa, a variação ocorreu principalmente devido a retenção contratual, onde os pagamentos são condicionados ao cumprimento das cláusulas contratuais da prestação de serviços.

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**



**14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2023			31/12/2022		
								Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
								Circulante	Circulante		Não circulante	Não circulante	
EDP - Energias do Brasil S.A.	60.000	11/08/2022	54.000	11/08/2022 a 10/08/2024	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	9.394	54.000	63.394	1.135	54.000	55.135
								9.394	54.000	63.394	1.135	54.000	55.135

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

#### 14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2022	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Circulante</b>				
Principal	-		54.000	54.000
Juros	-	3.518	5.876	9.394
	-	3.518	59.876	63.394
<b>Não circulante</b>				
Principal	54.000		(54.000)	-
Juros	1.135	4.741	(5.876)	-
<b>Total</b>	<b>55.135</b>	<b>4.741</b>	<b>(59.876)</b>	<b>-</b>

#### 14.3 Vencimento das parcelas

	Tipo de moeda
	<b>Nacional</b>
2024	63.394
	63.394

#### 15 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões cíveis	15.1			3.240	2.458
Licenças ambientais	15.2	453	153	266	534
<b>Total</b>		<b>453</b>	<b>153</b>	<b>3.506</b>	<b>2.992</b>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

#### 15.1 Provisões cíveis

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Empresa.

#### 15.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo				Ativo			
		Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2023	Depósito judicial	
Trabalhistas		11	108	(21)	(1)	7	104	107	16
Cíveis	15.1.1.1	2.447				689	3.136	1.706	1.550
<b>Total Não circulante</b>		<b>2.458</b>	<b>108</b>	<b>(21)</b>	<b>(1)</b>	<b>696</b>	<b>3.240</b>	<b>1.813</b>	<b>1.566</b>

#### 15.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Empresa para a construção da linha de transmissão, que apresentam o valor envolvido no montante de R\$3.136 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.447 em 31 de dezembro de 2022).

#### 15.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão.

	Ativo		
	Depósito judicial		
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	194	13	99
Cíveis		50	
<b>Total</b>	<b>194</b>	<b>63</b>	<b>99</b>

#### 15.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais é de R\$117 em 31 de dezembro de 2023 (R\$222 em 31 de dezembro de 2022).

#### 15.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Empresa realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,95% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Empresa segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Empresa investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Empresa.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2023
<b>Licenças ambientais</b>						
Circulante	153	(97)	49	335	13	453
Não circulante	534		7	(335)	60	266
<b>Total</b>	<b>687</b>	<b>(97)</b>	<b>56</b>	<b>-</b>	<b>73</b>	<b>719</b>

#### 16 Patrimônio líquido

##### 16.1 Capital social

O Capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2023 é de R\$60.330 (R\$17.530 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 8.829.870 quotas, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Alteração e Consolidação do Contrato Social - ACS, realizada em 28 de abril de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$42.800, sem emissão novas ações, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 10.1).

## 17 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Empresa representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

### • Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 2,04%, sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Empresa levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Empresa e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Empresa, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

### • Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Empresa está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 95%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Empresa, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

### • Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Empresa representa 5,24% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Empresa, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2023	2022
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	17.1	(2.886)	29.718
Remuneração dos Ativos da concessão	11	6.121	5.348
Receita de Operação e Manutenção (O&M)		4.796	1.632
Parcela Variável – IPCA		5.199	1.940
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>13.230</b>	<b>38.638</b>
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS		(458)	(1.325)
		(458)	(1.325)
Encargos do consumidor			
P&D		(104)	(39)
Outros encargos		(39)	
		(143)	(39)
		(601)	(1.364)
<b>Receitas</b>		<b>12.629</b>	<b>37.274</b>

## 17.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

A receita de construção é obtida pela realização do CAPEX, ou seja, é o percentual de margem de contribuição fixo durante toda a construção da linha de transmissão. A variação no exercício é decorrente: (i) da redução da realização anual entre 2022 e 2023, devido a conclusão da obra; e (ii) Referente ao ressarcimento do seguro (Nota 18.1).

## 18 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

### 18.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2023	2022
Terrenos		584	3.219
Edificações, obras civis e benfeitorias			20.044
Máquinas e equipamentos	18.1.1	(3.334)	24
Móveis e utensílios		25	
Gastos ambientais			1.358
Outros			3.147
		(2.725)	27.792

A redução dos montantes comparativos entre os exercícios de 2022 e 2023 decorrem da conclusão da obra da Linha de Transmissão.

#### 18.1.1 Máquinas e equipamentos

A variação refere-se ao ressarcimento de seguradora para cobrir custos excessivos decorrentes da quebra de contrato com fornecedor no valor de R\$4.350.

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



**18.2 Custo da operação**

	Nota	2023	2022
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	19.1	576	581
Material		175	44
Serviços de terceiros	19.2	846	262
Depreciação - Ativos de direito de uso		3	
Amortização		10	
Arrendamentos e aluguéis		334	29
Outras		11	5
<b>Total</b>		<b>1.955</b>	<b>921</b>

**19 Despesas e Receitas operacionais**

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Empresa classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais					
		2023			2022		
		Gerais e Administrativas	Outras	Total	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	19.1	91		91	218		218
Material		4		4	8		8
Serviços de terceiros	19.2	783		783	357		357
Depreciação - Ativos de direito de uso				-	2		2
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			107	107		11	11
Arrendamentos e aluguéis				-	82		82
Outras		256		256	47		47
<b>Total</b>		<b>1.134</b>	<b>107</b>	<b>1.241</b>	<b>714</b>	<b>11</b>	<b>725</b>

**19.1 Pessoal e Administradores**

	2023	2022
<b>Pessoal</b>		
Remuneração	396	336
Encargos	139	236
Previdência privada - Corrente	3	3
Programa de demissão voluntária		2
Despesas rescisórias	3	4
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(23)	112
Outros benefícios - Corrente	146	103
	<b>664</b>	<b>796</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos	2	2
Benefícios dos administradores	1	1
	<b>3</b>	<b>3</b>
	<b>667</b>	<b>799</b>

**19.2 Serviços de terceiros**

	2023	2022
Serviços de consultoria	302	124
Serviços de manutenção	468	39
Serviços de limpeza e vigilância	2	15
Serviços ambientais	32	
Serviços de informática	70	64
Serviços de telecomunicações	149	92
Serviços de transporte	40	15
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria	8	
Serviços Compartilhados	549	248
Outros	9	22
	<b>1.629</b>	<b>619</b>

## 20 Resultado financeiro

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	5	317	1.094
Depósitos judiciais		190	124
Juros e multa sobre tributos	7	1	5
Outros juros e variações monetárias		7	
Variações em moeda estrangeira	20.1		6.618
Outras receitas financeiras		3	
		<u>518</u>	<u>7.841</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	14.2	(8.259)	(2.163)
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	20.1		(14.760)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		(696)	(69)
Arrendamentos e aluguéis		(1)	(2)
Outros juros e variações monetárias		(81)	
Ajustes a valor presente		(57)	
Outras despesas financeiras		(23)	(41)
		<u>(9.117)</u>	<u>(17.035)</u>
Total		<u>(8.599)</u>	<u>(9.194)</u>

### 20.1 Operações de *swap* e *hedge* e Variações em moeda estrangeira

Os montantes nas rubricas de Operações de *swap* e *hedge* e Variações em moeda estrangeira em 2022, referem-se ao financiamento junto ao Banco Scotiabank Brasil, e foi liquidado em dezembro de 2022.

## 21 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

A Empresa optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	2023	2022	
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	3.559	(1.358)	
Alíquota	34%	34%	
IRPJ e CSLL	(1.210)	462	
Outros			
Ajuste lucro presumido	772	(1.333)	
Incentivos fiscais			
Outras	24	24	
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(414)</u>	<u>(847)</u>	
Alíquota efetiva	12%	-62%	

## 22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Empresa é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Empresa não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	3.145	(2.205)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	8.830	8.830
Resultado básico por ações (reais/ação)	<u>0,35617</u>	<u>(0,24972)</u>

## 23 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	4.640	-	4.640	-
			4.640	-	4.640	-
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	5	Nível 2	1.482	689	1.482	689
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2	1.032	987	1.032	987
Outros créditos - Partes relacionadas	10	Nível 2	21		21	
			2.535	1.676	2.535	1.676
<b>Total</b>			<b>7.175</b>	<b>1.676</b>	<b>7.175</b>	<b>1.676</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	13	Nível 2	1.068	1.438	1.068	1.438
Empréstimos e financiamentos						
Contratos de mútuo	14.2	Nível 2	63.394	55.135	63.394	55.135
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	Nível 2	86	42	86	42
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	37	72	37	28
Licenças ambientais	15.2	Nível 2	719	718	719	687
<b>Total</b>			<b>65.304</b>	<b>57.405</b>	<b>65.304</b>	<b>57.330</b>

#### 23.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Custo amortizado

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Empresa possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

#### 23.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Empresa.

#### 23.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, Empréstimos e financiamentos e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

#### 23.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 23.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

Em 16 de agosto de 2021, a Empresa contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, sendo liquidado em 2022.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Empresa durante o exercício, assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Contraparte	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional R\$	Efeitos no Resultado
				31/12/2022	31/12/2022	2022
<b>Swap</b>						
Ativo	Scotiabank Brasil S/A	16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000	(13.716)
Passivo	Banco Múltiplo		USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000	(1.044)
				<u>32.568</u>	<u>170.000</u>	<u>(14.760)</u>

### 23.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Empresa. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

#### 23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Empresa está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Empresa também possui exposições à variação cambial em Dólar atrelada a dívida em moeda estrangeira, entretanto, contratou derivativo de *swap* com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar a exposição à variação cambial para essa obrigação. A Empresa ficou exposta a essa oscilação desde 16 de agosto de 2021, quando captou a dívida e o derivativo de *swap*, até a maturidade em 16 de novembro de 2022.

#### 23.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
			Até 1 ano						
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.640	193		193	47	93	(47)	(95)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>4.640</b>	<b>193</b>		<b>193</b>	<b>47</b>	<b>93</b>	<b>(47)</b>	<b>(95)</b>
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(63.394)	(3.987)		(3.987)	(972)	(1.936)	982	1.973
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>CDI</b>	<b>(63.394)</b>	<b>(3.987)</b>		<b>(3.987)</b>	<b>(972)</b>	<b>(1.936)</b>	<b>982</b>	<b>1.973</b>
		<u>(58.754)</u>	<u>(3.794)</u>		<u>(3.794)</u>	<u>(925)</u>	<u>(1.843)</u>	<u>935</u>	<u>1.878</u>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Empresa.

O indicador teve seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,00% e 11,70% a.a.

### 23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 11) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Empresa também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Empresa espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023					AVP	Total	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos			
<b>Passivos financeiros</b>								
Fornecedores	922	146					1.068	1.438
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			63.394				63.394	55.135
Arrendamentos e alugueis	1	1	4	32	20	(21)	37	28
Licenças Ambientais	50	160	258	312		(61)	719	687
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				86			86	42
	973	307	63.656	430	20	(82)	65.304	57.330

### 23.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Empresa, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em R\$46.825 (R\$6.955 positivo em 31 de dezembro de 2022). O capital circulante líquido negativo é proveniente, principalmente, das amortizações e encargos financeiros previstos dos Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas declarados pela Empresa (Nota 14). A Administração da Empresa entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista, aportes de capital do acionista e novas captações de dívida, intra ou extra grupo.

### 23.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

#### • Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Empresa, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Empresa opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 todas as aplicações financeiras da Empresa encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 23.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Empresa são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Empresa tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Empresa atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

### 23.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Empresa podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

### 23.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Empresa poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Empresa depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Empresa.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Empresa, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Empresa poderá ser afetada de forma relevante, e a Empresa poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Empresa.

Visando mitigar este risco a Empresa adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Empresa procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 23.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Empresa é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Empresa, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Empresa contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 26).

### 23.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos	63.394	55.135
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.122)	(689)
Dívida líquida	57.272	54.446
Total do Patrimônio Líquido	56.752	10.807
Total do capital	114.024	65.253
Índice de alavancagem financeira - %	50,23%	83,44%

## 24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### 24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2023						
		Efeito não caixa						
		Ajuste a valor de mercado / presente						
Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa			Adições / baixas	Saldo em 31/12/2023		
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>								
	14	55.135			8.259	63.394		
		28	(3)	1	11	37		
	10.1	42.800			(42.800)	-		
	16.1	17.530			42.800	60.330		
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>		115.493	(3)	1	8.270	123.761		
		2022						
		Efeito não caixa						
		Variação monetária e cambial						
Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa		Ajuste a valor presente	Adições / baixas	Outros	Saldo em 31/12/2022	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>								
	14	87.918	(43.225)	5.104		2.163	3.175	55.135
		-	(3)		2	29		28
		-	42.800					42.800
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>		87.918	(428)	5.104	2	2.192	3.175	97.963

### 24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências		2.427
Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão		1.492
Aumento de capital com integralização de AFAC	42.800	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	11	29
Total	42.811	3.948

## 25 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) da Empresa.

	31/12/2023			A partir de 2029	31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028		Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.919	1.037	43	5	3.004	1.951
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos	3.987				3.987	11.047
	5.906	1.037	43	5	6.991	12.998

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2023			A partir de 2029	31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028		Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.861	1.099	52	7	3.019	1.975
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos	4.564				4.564	12.386
	6.425	1.099	52	7	7.583	14.361

**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****26 Cobertura de seguros**

A Empresa mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	20.455	100.000	20.455	100.000
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	348	(*)	332	(*)

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Empresa, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.583;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$238.995; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

\* \* \*

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**Luiz Otávio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente

**José Gleylson Fernandes Silva**  
Diretor Financeiro e Administrativo

**André Caetano Rocha de Andrade**  
Diretor Técnico

**CONTABILIDADE**

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

**Carla Renata Baptista**  
Contadora - CRC 1SP328362/O-5